



DECLARAÇÃO DE SEVILHA

A Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) e a Subdireção dos Arquivos Estatais de Espanha, do Ministério da Cultura e Desporto, com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), organizaram o 11º Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica (SIATI), sob o lema Transformação digital: desafios e oportunidades, realizado no Arquivo Geral das Índias, na cidade de Sevilha, Espanha, na passada quarta-feira, dia 19 de fevereiro de 2020. No final, os diretores, diretoras, representantes dos arquivos nacionais ibero-americanos e de associações nacionais de arquivistas, que fazem parte de ALA, emitem a seguinte declaração:

Considerando:

- I. Que, num mundo globalizado, transformado pelas sociedades do conhecimento e imerso numa quarta revolução industrial, os países ibero-americanos têm um grande desafio e uma grande oportunidade para potenciar a capacidade produtiva dos seus povos e obter o máximo aproveitamento da constante e imparável produção intelectual, técnica e tecnológica do mundo.
- II. Que, nos nossos povos, tão diversos e com tantas desigualdades, o fosso digital é um processo complexo que requer uma abordagem desde múltiplas perspetivas e com grandes investimentos públicos em infraestruturas, educação e serviços.
- III. Que, há vários anos, os arquivos, os responsáveis da administração pública, tecnologias ou gestão de documentos, a academia, os investigadores e os profissionais dos nossos países, têm vindo a estudar, analisar e assimilar os avanços mais importantes que se desenvolvem no mundo, para proporcionar soluções práticas e reais às particularidades e desafios do universo digital em face ao contexto arquivístico.



- IV. Que em muitos dos nossos países, já se discutem, desenvolvem e implementam os produtos e serviços que permitem dar os primeiros passos para soluções maduras e para uma adequada gestão digital dos nossos arquivos e para a conservação a longo prazo e permanente dos conteúdos digitais.
- V. Que os objetivos 9, 11 e 16 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovidos pelo PNUD e a Cimeira de Madrid (2019) exortam os governos a gerar estratégias e políticas públicas que se destinem ao desenvolvimento sustentável das comunidades e da cidadania em geral. Neste sentido, estabelece-se a necessidade de promover um Estado de Direito, desenvolver infraestruturas sustentáveis e de qualidade, combater a corrupção em todas as suas formas, criar instituições eficazes e transparentes que prestem contas, proporcionar acesso a uma identidade jurídica para todos e todas, garantir o acesso público à informação, assim como proteger as liberdades fundamentais, funções que os arquivos devem cumprir, como garantes dos direitos dos cidadãos.
- VI. Que as comunicações do 11º SISTI sobre esta temática permitiram-nos analisar e entender as múltiplas oportunidades e desafios existentes, através de uma visão de especialistas e segundo a experiência das suas regiões.

De acordo com os anteriores considerandos, declaramos que:

1. Reconhecemos os desafios da transformação digital no âmbito dos arquivos, exortamos que os seus diretores(as), os(as) profissionais e pessoal técnico a participar ativamente, no âmbito e profundidade de ação, na aplicação de temas de interesse, como o desenvolvimento das políticas sobre tecnologias digitais. Por esta razão, solicitamos que os governos Ibero-americanos implementem com urgência, iniciem, ou facilitem, estratégias para a definição de políticas públicas que abarquem todo o ciclo de vida dos documentos, desde a gestão documental eletrónica até à preservação permanente dos arquivos nado-digitais.



2. Identificamos que atualmente existem as possibilidades técnicas, os(as) profissionais capacitados para o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que permitem o diálogo entre a linguagem arquivística e tecnológica, com o propósito de alcançar elevados padrões de qualidade e eficiência que estejam ao serviço dos arquivos, dos seus utilizadores e dos cidadãos em geral.

3. Sublinhamos que o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias no âmbito dos arquivos nos permitirá garantir a cidadania e o acesso em igualdade de condições ao património documental. Caso não se comece desde já este trabalho não estaríamos a cumprir o direito à informação, à memória e ao conhecimento da sua história, características fundamentais para a democracia, a responsabilidade e a boa governança.

4. Como diretores(as) e profissionais de arquivos, entendemos a obrigação de conectar a produção de documentos eletrónicos e a sua preservação digital, gerando mecanismos automatizados de rastreabilidade que permitam assegurar a cadeia de custódia digital arquivística para garantir a autenticidade dos documentos eletrónicos. Isto obriga-nos à definição de requisitos e à implementação de sistemas informáticos que apliquem as melhores práticas arquivísticas. Para assegurar esta atividade, exortamos à participação conjunta de profissionais, associações e academias na discussão e elaboração dos instrumentos que concretizem este objetivo.

Sevilha, Espanha, 21 de fevereiro de 2020.